

# Juscelino Filho acentua os problemas do Planalto

Ministro foi indiciado pela PF por suspeita de corrupção

Por Ana Paula Marques

Não é de hoje que denúncias de corrupção contornam o ministro das Comunicações, Juscelino Filho (União Brasil). A situação, porém, agravou-se na quarta-feira (12), depois que a Polícia Federal (PF) decidiu indiciá-lo oficialmente por crimes como corrupção passiva, fraude em licitações e organização criminosa. O que era denúncia, virou investigação, e colocou o governo em uma posição de impasse, acentuando um problema que cerca o presidente Luiz Inácio Lula da Silva: ministros que pouco entregam e dão dor de cabeça.

O impasse que o governo agora deve enfrentar é evidenciado desde janeiro de 2023, quando a imprensa começou a revelar casos de mau uso do dinheiro público pelo ministro. Uma delas motivou o indiciamento pelo suposto envolvimento em desvios da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CedevASF). O inquérito foi aberto a partir de uma série de reportagens reveladas pelo jornal O Estado de S.Paulo, que mostrou que Juscelino Filho colocou R\$ 5 milhões do orçamento secreto na Prefeitura de Vitorino Freire (MA), comandada por sua irmã, Luanna Rezende (União).

O futuro do ministro deve ser decidido somente na próxima semana, somente quando o presidente Lula voltar da viagem que faz à Itália para a reunião do G-7 que deve terminar na sexta-feira (14). O que se comentava ontem, porém, na Esplanada dos Ministérios, é que a situação de Juscelino Filho pode ter se tornado insustentável após o indiciamento.



Lula só decidirá destino do ministro depois que voltar da Itália

## Problemas

O problema, porém, para o governo é político. Juscelino Filho foi indicado ministro pelo presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União-AP). Como ele é o favorito para assumir a presidência do Senado no ano que vem no lugar de Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a exoneração do ministro das Comunicações pode gerar um atrito com o próximo comandante do Senado. É o que avalia o cientista político André Cesar.

“Além das questões da sucessão da presidência do Senado, Alcolumbre agora comanda a CCJ, uma importante comissão para se ter aliados. Porém, o governo tem outra linha de argumentação também, que é a não entrega do União Brasil, partido de Juscelino Filho. A sigla não dá votos ao governo em grandes decisões”, disse.

Durante a votação que derrou o veto do presidente ao

PL das “saidinhas”, visto como uma grande derrota para o governo, o União Brasil defendeu o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, e afirmou que não irá “admitir pré-julgamentos e condenações antecipadas” sobre o ministro. É uma blindagem do partido para o analista político Melillo Dinis, que também avalia que uma decisão de Lula agora será somente pontual.

“O caso do Ministro Juscelino Filho não deve acelerar a vontade de Lula de realizar uma reforma, exceto para mudar somente o ministro, diante de dois fatores: a dinâmica do União Brasil no Congresso Nacional, partido do ministro, e a proximidade das eleições municipais, quando será testada a força dos partidos ‘aliados’ ou ‘próximos’”, explica.

O ministro Juscelino Filho, também em nota, negou que tenha cometido irregularidades na indicação de emendas parlamentares e afirmou que provará, na Justiça, a sua inocência.

## Reforma

Segundo André Cesar, o caso de Juscelino Filho poderá ser o pontapé para o presidente Lula pensar em uma grande reforma ministerial. “O alto escalão do governo não está entregando. O ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa (PT-BA), o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e o ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência, Márcio Macêdo, estão falhando na articulação dentro do Congresso e isso se reflete nas

Casas Legislativas, onde os projetos só são aprovados aos trancos e os barracos e fazendo muitas concessões”, explica.

Mas para a analista de política da BMJ Consultores Associados Raquel Alves, uma mudança grande só acontecerá no ano que vem depois de já estabelecidos os novos presidentes do Senado e Câmara. “Sem dúvida, é necessária uma reforma. Porém, é preciso ter calma. O presidente só fará isso após ter certeza se esses partidos escolhidos para os ministérios darão mais segurança ou não nas votações do governo”, declarou.

## União Brasil

Em nota assinada pelo presidente do partido, Antonio Rueda, o União Brasil defendeu o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, e afirmou que não irá “admitir pré-julgamentos e condenações antecipadas” sobre o ministro. É uma blindagem do partido para o analista político Melillo Dinis, que também avalia que uma decisão de Lula agora será somente pontual.

“O caso do Ministro Juscelino Filho não deve acelerar a vontade de Lula de realizar uma reforma, exceto para mudar somente o ministro, diante de dois fatores: a dinâmica do União Brasil no Congresso Nacional, partido do ministro, e a proximidade das eleições municipais, quando será testada a força dos partidos ‘aliados’ ou ‘próximos’”, explica.

O ministro Juscelino Filho, também em nota, negou que tenha cometido irregularidades na indicação de emendas parlamentares e afirmou que provará, na Justiça, a sua inocência.

## CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Geraldo Magela/Agência Senado



Ministro Vital do Rêgo criticou benesses

## Governo e Congresso ampliaram isenções

As dificuldades do governo para fechar o caixa

contrastam com as isenções de impostos concedidas a diversos setores da economia. Ao analisar as contas da Presidência da República, o ministro Vital do Rêgo, do Tribunal de Contas da União, constatou que, em 2023, o Tesouro deixou de receber R\$ 518,9 bilhões — um crescimento (sem correção da inflação) de 8,2%

## Exigências

O TCU frisou que a lei, que chegou a ser vetada pelo presidente Lula (PT), descumpriu exigências como a de estimar o valor da renúncia fiscal e a indicação de medidas para compensar as perdas de arrecadação. O veto presidencial foi derrubado pelo Congresso.

Divulgação/Senado



TCU propõe contrapartidas para beneficiados

## Menos impostos, menos empregos e menos salários

Dados do TCU indicam

que a desoneração dos 17 setores gerou, desde 2012, uma perda de R\$ 148 bilhões. Ressaltam também que o objetivos de aumento de competitividade e de preservação de empregados não foram atingidos: entre 2015 e 2021, as empresas beneficiadas apresentaram retração de empregos e na massa sa-

## Simples e agro

Dos R\$ 518,9 bilhões não arrecadados, 21,7% beneficiaram empresas inscritas no Simples. As que se dedicam ao agronegócio deixaram de pagar um total de R\$ 59 bilhões, 11,52% das isenções. Rendimentos isentos do imposto de renda de pessoa física foram 8,69% do total.

## Outros casos

O TCU apontou que outras leis sancionadas em 2023 também não levaram em conta a necessidade de respeito às normas orçamentárias, como os programas Minha Casa e Minha Vida e de Apoio à Cultura. Segundo os dados, as isenções cresceram a partir de 2020.

## Inspiração

Ontem, a coluna antecipou que o presidente da CBF, Ednaldo Rodrigues, aceitara a sugestão do senador Carlos Portinho (PL-RJ) de criar um Distrito Denúncia para receber denúncias de manipulação. O projeto da entidade é inspirado na Fifa e na Conmebol.

# TCU aprova contas do governo em 2023, com ressalvas

Por Ana Paula Marques

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou por unanimidade, na quarta-feira (12), as contas do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de 2023, mas com ressalvas. O relatório sobre as contas foi proposto pelo ministro Vital do Rêgo. Os outros oito integrantes do TCU seguiram o voto do relator.

Vital do Rêgo votou pela aprovação com ressalvas por conta de “distorções contábeis” no Balanço-Geral da União, que, na prática, são os resultados orçamentários, financeiros e patrimoniais da União. Segundo o relator, as distorções de valor geraram um impacto de R\$ 109 bilhões no balanço do governo, distribuídos em ativos, passivos e patrimônio. Além de apontar que foram descumpridas a Constituição e a legislação na sanção



Vital do Rêgo apontou “distorções contábeis” do governo

de propostas que criaram ou ampliaram benefícios tributários.

O TCU cita especificamente o descumprimento do artigo 113 da Constituição Federal, que exige estimativa de impacto orçamentário para medida que crie despesa obrigatória ou diminua receitas.

Só no ano passado, segundo Vital do Rêgo, foram instituídos 32 novos benefícios tributários contemplados em 30 atos normativos. A desoneração da folha de pagamento, o Simples Nacional, a Zona Franca de Manaus, deduções de despesas médicas no

Concessão

No relatório, Vital do Rêgo

apontou indícios de irregularidades na concessão de benefícios tributários pelo Executivo, a renúncia de receita aumentou 295% no período de 2023 a 2026, na comparação com 2021 a 2024, o relatório ainda aponta que a sanção e implementação de benefícios dentro das leis do programa Minha Casa Minha Vida, Pronac e de taxação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido não obedeceram às regras vigentes.

“É, no mínimo, de se questionar até que ponto há legitimidade nesse modelo”, anotou.

# PF mira presidente do Solidariedade

A Polícia Federal realizou ontem (12), uma operação contra uma suposta organização criminosa responsável pelo desvio de recursos do fundo partidário e eleitoral nas eleições de 2022. O presidente nacional do Solidariedade, Eurípedes Júnior, foi o principal alvo da operação, denominada Fundo no Poço, e já é considerado foragido. Eurípedes também foi dirigente do Partido Republicano da Ordem Social (PROS), e já teria conhecimento do mandado de prisão expedido contra ele. O dirigente partidá-

rio é investigado por organização criminosa, lavagem de dinheiro, furto qualificado, apropriação indebita, apropriação de recursos do financiamento eleitoral e falsidade ideológica.

As investigações tiveram início a partir de denúncia do então presidente do partido, acerca do desvio de aproximadamente R\$ 36 milhões da legenda.

Foram cumpridos sete mandados de prisão preventiva, 45 mandados de busca e apreensão em dois estados (GO e SP) e no DF, bloqueio e indisponibilidade

jurídica e desvio de recursos partidários destinados à Fundação de Ordem Social (FOS) – fundação do partido.

Por meio de Relatórios de Inteligência Financeira e da análise de prestações de contas de supostos candidatos, foram localizados indícios que apontam para existência de uma organização criminosa estruturalmente ordenada com o objetivo de desviar e se apropriar de recursos do Fundo Partidário e Eleitoral, utilizando-se de candidaturas laranjas ao redor do país, de superfaturamento de serviços de consultoria